

LEMOS, Artur

*dep. fed. PA 1900-1908; sen. PA 1909-1917; dep. fed. PA 1921-1930.

Artur de Sousa Lemos nasceu em Vila do Riachão, atual Riachão (MA), em 1º de abril de 1871, filho de Manuel Caetano de Lemos e de Perpétua de Sales Lemos.

Formado pela Faculdade de Direito do Recife, foi promotor público em Vila do Riachão e procurador fiscal do Tesouro. Transferiu-se em seguida para Belém, onde residia seu tio [HYPERLINK "http://pt.wikipedia.org/wiki/Ant%C3%B4nio_Lemos"](http://pt.wikipedia.org/wiki/Ant%C3%B4nio_Lemos) o "Antônio Lemos" Antônio José de Lemos, que, também maranhense, chegara ao Pará em 1869, aos 24 anos de idade, tornara-se proprietário do jornal *A Província do Pará*, chefiara o Partido Republicano do Pará por muitos anos e fora senador estadual. Intendente municipal (prefeito) de Belém de 1897 a 1911, o “velho Lemos”, como era chamado, se notabilizou pela modernização urbanística da capital paraense, tendo sido associado, nesse campo, ao prefeito do Rio de Janeiro Francisco Pereira Passos (1902-1906). Seu longo domínio político na região, coincidente com o período áureo das atividades ligadas à borracha no país, foi chamado na época de “lemismo”, incorporando-se como tema central à história política das oligarquias estaduais na Primeira República (1889-1930).

Artur Lemos casou-se com sua prima Maria Guajarina, filha de Antônio Lemos, e com ela teria seis filhos. Em Belém, advogou e foi redator do jornal *A Província do Pará*. Ativo participante da vida literária da cidade, poeta e orador destacado, foi escolhido pelo tio e sogro, cujos filhos homens não haviam demonstrado vocação para a política, para ser seu representante na cena federal.

Iniciou sua carreira política elegendo-se deputado estadual em 1897. Nos primeiros dias da legislatura foi encarregado de propor à Assembleia Legislativa, durante a sessão de posse do novo governador, José Pais de Carvalho, uma moção de congratulação a Lauro Sodré – militar e ativo propagandista republicano no Pará desde os últimos anos da monarquia –, cujo mandato à frente do Executivo estadual (1891-1897) então se encerrava. Pouco depois, precisou situar-se diante da cisão do situacionismo federal, que, em junho de 1897, colocou em campos opostos o presidente da República Prudente de Moraes (1894-1898) e Francisco Glicério, líder máximo do Partido Republicano Federal (PRF). O Partido Republicano do Pará, recém-fundado, também se dividiu, e Artur Lemos alinhou-se com a facção liderada

por seu tio Justo Chermont e por Augusto Montenegro, que seguiu apoiando o presidente da República, enquanto Lauro Sodré punha-se à frente da corrente fiel a Glicério. Durante o congresso do Partido Republicano do Pará, realizado em 24 de agosto de 1897, foi um dos signatários da moção de apoio ao presidente da República aprovada pelos delegados. Seu apoio a Prudente de Moraes se evidenciou, também, quando referendou o envio de tropas da polícia paraense para colaborar na repressão ao movimento camponês de Canudos, na Bahia (1896-1897), onde já atuava o 40º Batalhão de Infantaria, sediado no Pará.

NO CONGRESSO NACIONAL

Em 31 de dezembro de 1899 elegeu-se deputado federal, tendo sido o segundo candidato mais votado da bancada paraense, preenchida quase totalmente pelo Partido Republicano do Pará. A minoria ficou com a sétima vaga, que coube a Inácio Serzedelo Correia – militar e destacado participante da articulação que culminou com o golpe republicano de 1889 –, do PRF, aliado de Lauro Sodré.

Empossado em abril de 1900, foi eleito para a Comissão de Constituição e Justiça e estreou no plenário da Câmara no dia 27 daquele mês, debatendo com Serzedelo Correia. Acusado pelo jornal *A Província do Pará* de dever sua eleição a votos para ele carreados pelo Partido Republicano do Pará, Serzedelo alegou que fora eleito pela regra eleitoral que reservava vagas nas bancadas para a representação da minoria. Durante a discussão, Artur Lemos precisou rechaçar graves acusações feitas por Serzedelo ao grupo lealista, relativas ao processo eleitoral no Pará: “Senhores de todas as posições, com intendências unânimes, junta apuradora sua, força de bombeiros, e tendo na Intendência da capital o chefe do partido a distribuir favores, a gastar os dinheiros do município em politicagem, enfim, todos os meios de fraude”. Em julho de 1901, foi eleito para uma comissão de nove deputados encarregada de apurar denúncias do almirante Custódio José de Melo contra o presidente Campos Sales (1898-1902), acusado pelo denunciante de ter usado de violência contra ele. Aceita pela comissão, a denúncia foi, contudo, rejeitada pelo plenário da Câmara, que a considerou inepta e baseada em fundamentos injurídicos.

Um dos fundadores, em setembro de 1901, do Instituto Teixeira de Freitas, que daria origem, no ano seguinte, à Faculdade Livre de Direito do Pará, primeira escola de ensino superior do estado, foi reeleito deputado federal em 1903. Durante esse mandato, teve a

oportunidade de auxiliar o escritor Euclides da Cunha em sua viagem à Amazônia como chefe da Comissão de Reconhecimento do Alto Purus, pondo-o em contato com Antônio Lemos. Em carta a seu pai, datada de 30 de dezembro de 1904, o autor de *Os sertões* (1902) registrou as gentilezas com que fora cumulado em Belém, bem como a surpresa altamente positiva que a cidade lhe causara, antes de tudo pelo padrão urbanístico lá encontrado, para ele muito superior ao do Rio de Janeiro e São Paulo. Artur Lemos seria, também, depositário do deslumbramento de Euclides com a Amazônia, registrado pelo escritor em carta que lhe dirigiu em 1905.

Reeleito deputado federal em 30 de janeiro de 1906, participou, como representante do governador do Pará e integrante da Comissão da Faculdade Livre de Direito do Pará, do I Congresso Jurídico Brasileiro, realizado em 1909 no Rio de Janeiro. Ainda nesse ano, foi eleito senador pelo Pará. Participou ativamente das eleições presidenciais de 1910, quando se defrontaram Rui Barbosa e o marechal Hermes da Fonseca, candidato do Partido Republicano Conservador (PRC), liderado pelo senador José Gomes Pinheiro Machado (RS), então uma das mais fortes lideranças políticas nacionais. O Partido Republicano do Pará apoiou Hermes, afinal vitorioso. Ainda em 1910, relatou no Senado o tratado de limites com o Uruguai, de 30 de outubro do ano anterior, pelo qual foram modificadas as fronteiras entre os dois países na lagoa Mirim e rio Jaguarão, no Rio Grande do Sul, e estabelecidos princípios gerais para o comércio e a navegação na área.

Artur Lemos integrou a Comissão de Legislação e Justiça e a Comissão de Finanças do Senado, tendo atuado como relator de importantes emendas ao orçamento da União. Entre elas figurou, em 1911, a do orçamento do Ministério da Guerra para 1912, crucial para a viabilização dos projetos de modernização militar patrocinados pelo presidente Hermes da Fonseca (1910-1914), a quem os lemistas apoiavam. Por entender que beneficiaria a cultura da borracha, então o segundo produto de exportação do país, mas em crise, principalmente por causa da concorrência asiática, defendeu, também nessa legislatura, a criação da Estrada de Ferro Belém-Pirapora, que, no entanto, não se concretizaria, apesar de determinada pelo Decreto do Poder Legislativo nº 2.543-A, de 5 de janeiro de 1912, que estabeleceu medidas voltadas para o fomento da cultura da seringueira, do caucho, da mandioca e da mangabeira, bem como da colheita e beneficiamento da borracha extraída dessas árvores.

Em junho de 1911, assumiu o comando da corrente lealista, em decorrência da renúncia de Antônio Lemos aos cargos que ocupava, por pressão de setores do próprio Partido Republicano do Pará, divergentes da sua orientação econômico-financeira à frente da Intendência de Belém, bem como de seus métodos políticos, e de correligionários de Lauro Sodré. João Coelho, então governador do estado, tornou-se chefe do partido, enquanto os lealistas passavam a se identificar como a seção paraense do PRC. Na oposição a João Coelho, se aproximaram de Lauro Sodré, a quem apoiaram na sucessão estadual de 1912. Às vésperas do pleito, contudo, ocorreu, em agosto de 1912, um atentado contra Sodré, que teve sua residência e a sede do jornal *A Província do Pará* incendiadas e foi feito prisioneiro. Os lealistas denunciaram o atentado como falso, mas foram acusados de autores pelos partidários da vítima. Antônio Lemos se transferiu, então, para o Rio de Janeiro, onde faleceu no ano seguinte, na residência de Artur Lemos.

A preocupação com os rumos da cultura da borracha no país se traduziu, também, na emenda ao orçamento do Ministério do Interior para o ano seguinte, que Artur Lemos apresentou em 25 de dezembro de 1913. Tratava-se de promover o saneamento da Amazônia, de acordo com um plano concebido a partir de proposta formulada por Osvaldo Cruz, sanitarista notabilizado pela campanha de erradicação da febre amarela no Rio de Janeiro. O objetivo era viabilizar a introdução de trabalhadores asiáticos em substituição aos brasileiros, que, em face das dificuldades que o setor começava a enfrentar, estariam trocando a região pelo centro do país. Também assinaram a emenda os senadores paraenses Lauro Sodré e Artur Índio do Brasil, e Gabriel Salgado, representante do Amazonas. A proposta foi, contudo, rejeitada, porque a legislação em vigor vedava a inclusão de novos serviços no orçamento em curso. Ainda no mesmo ano, Artur Lemos fez, no Senado, um alerta para a probabilidade de, em cinco anos, a produção estrangeira de borracha atingir o dobro da brasileira, o que de fato aconteceria no período 1915-1919, precipitando a decadência do setor nacional.

Retornou à Câmara dos Deputados em 1921. Na legislatura iniciada nesse ano, apresentou, em 1923, projeto de lei que concedia uma verba para financiar a primeira viagem do maestro e compositor Heitor Vila-Lobos – amigo e parceiro musical de seu filho Artur Iberê de Lemos – à Europa. A proposta despertou resistências na Câmara, e a verba, inicialmente fixada em 108 contos de réis, foi reduzida para 40 contos de réis e, finalmente,

para 20 contos de réis, mas permitiu que Vila-Lobos, mais tarde considerado o maior expoente da música clássica brasileira, apresentasse seu trabalho para platéias mais afeitas ao gênero musical que cultivava e fizesse importantes contatos no meio artístico internacional.

Reeleito em 1924 e 1927, durante o último mandato foi vice-presidente da Comissão Especial de Legislação Social da Câmara dos Deputados, criada em 1920 com a função de analisar propostas legislativas na área trabalhista e de assistência e proteção ao cidadão. Apesar da forte repressão que se abateu na década sobre o movimento sindical e popular em geral, a comissão, durante o período em que a integrou, teria papel importante na aprovação de duas leis que, embora viessem a ser sistematicamente desrespeitadas, procuraram introduzir melhorias nas condições de vida e trabalho dos assalariados: a Lei de Férias (1925), que obrigava os empresários a conceder 15 dias de férias remuneradas aos empregados, e o Código de Menores (Decreto nº 17.943-A, 12/10/1927), que consolidou as leis de assistência e proteção a menores – nesse caso, negociou diretamente com representantes do empresariado industrial que faziam oposição aos itens relativos ao limite mínimo de idade para trabalhar. Em 1930, tornou-se presidente da comissão.

Com a vitória do movimento político-militar liderado por Getúlio Vargas em outubro de 1930 e o consequente fechamento do Congresso Nacional, Artur Lemos encerrou sua carreira política. Partiu em seguida para a Europa, onde permaneceu exilado por cerca de um ano. De volta ao Brasil, enfrentou dificuldades financeiras, transferindo-se com a família para a ilha de Paquetá, na baía de Guanabara (RJ), onde residiu por dois anos. Retornou, então, à capital federal, passando a trabalhar como advogado da Caixa Econômica. Em 26 de julho de 1944, teve seu pedido de aposentadoria deferido pelo Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Bancários.

Faleceu no Rio de Janeiro em 1945.

Era casado em segundas núpcias, após enviuvar, com Ceci Bezerra de Miranda e Lemos, com quem teve sete filhos.

Publicou *Questões sociais: direito e economia* (1918) e *Advocacia judiciária no Distrito Federal*, *Revista do Supremo Tribunal Federal* (v. 56, set. 1923).

Renato Lemos

FONTES: AZEVEDO, R. *Maranhão*; Cultura Brasil. Disponível em: <<http://www.culturabrasil.org/correspondencia.htm>>. Acesso em: 13/8/2010; Centro esportivo virtual. Disponível em: <<http://cev.org.br/biblioteca/compilacao-legislacao-educacao-fisica-desportos%20Acesso%20em%2029/10/2010>>. Acesso em: 29/10/2010; JusBrasil. Disponível em: <<http://www.jusbrasil.com.br/diarios/2444005/dou-secao-1-03-08-1944-pg-42>>. Acesso em: 25/10/2010; LIMA, M. *Legislação*; MUS. VILLA LOBOS. Disponível em: <<http://www.museuvillalobos.org.br/villalob/biografi/viagemeu/index.htm%20Acesso%20em%201/11/2010>>. Acesso em: 1/11/2010; NOGUEIRA, W.; GALOTTI, O. *Correspondência*; ONG Trem. Disponível em: <http://www.ongtrem.org.br/artigos/arquivos/5/artigo_150_EFCB.htm%20Acesso%20em%2027/10/2010>. Acesso em: 27/10/2010; RIBEIRO, F. *Cartas* (p. 147-162); RICCITELLI, A. *Impeachment*; ROCQUE, C. *Antônio*; SANTANA, M. *Questão*; SARGES, M. *Memórias*; Recanto das letras. Disponível em: <<http://recantodasletras.uol.com.br/biografias/872951%20Acesso%20em%201/11/2010>>. Acesso em: 1/11/2010; SENADO. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/senadores/senadores_biografia.asp?codparl=1488&li=28&lcab=1909-1911&lf=28>. Acesso em: 9/8/2010; UNI. FED. PA. Disponível em: <<http://www.ufpa.br/ccj/Inicio/historico.php%20Acesso%20em%201/11/2010>>. Acesso em 1/11/2010; Wikipédia. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Artur_de_Sousa_Lemos>. Acesso em: 9/8/2010.